

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2009 (Do Sr. Rodrigo Maia)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre os convênios firmados, desde o ano de 2003, entre o Banco Popular do Brasil, subsidiária integral do Banco do Brasil, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE.

## Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, o seguinte requerimento de informação a respeito dos convênios firmados, desde 2003, entre o Banco Popular do Brasil, subsidiária integral do Banco do Brasil, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas:

- 1. Qual o total de repasses efetuados pelo Banco Popular do Brasil ao SEBRAE?
- 2. Mediante que instrumentos esses recursos foram repassados (convênios, auxílios, subvenções, projetos, entre outros)?

- 3. Quais os critérios adotados para beneficiar o SEBRAE com tais recursos?
- 4. Quais as entidades que, por intermédio da atuação do SEBRAE, foram beneficiadas com recurso oriundos do Banco Popular do Brasil?
- 5. O SEBRAE elaborou a(s) prestação(ões) de contas? (se sim) O Ministério já a(s) apreciou? (se sim) Houve irregularidades na(s) prestação(ões) de contas? (se sim) Que medidas foram adotadas com vistas ao ressarcimento dos valores indevidamente recebidos?

Requeiro ainda a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado de Fazenda cópias integrais de todos os documentos e processos celebrados entre o Banco Popular do Brasil e o SEBRAE, inclusive as prestações de contas apresentadas (se existentes).

Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) remetido(s) com a chancela de "sigiloso", que seja feita a exibição apenas a este Requerente, aplicandose o disposto no art. 98, § 5°, do RICD.

## JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de informação tenciona coletar



subsídios para viabilizar o exercício, pelos integrantes da Câmara dos Deputados, da sua típica atribuição de controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de julho de 2009.

Deputado RODRIGO MAIA DEM/RJ